

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO E O DESAFIO DE UM INSTRUMENTAL METODOLÓGICO MULTIDIMENSIONAL: APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ

Valdir Roque Dallabrida¹

Desde o segundo semestre de 2020, um grupo de mais de trinta pesquisadores, oriundos de vinte universidades do Brasil, Portugal, Espanha e Argentina articularam-se na execução de uma investigação que tem como objetivo propor e validar um instrumental metodológico mais adequado à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência. Trata-se do projeto de pesquisa “*O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões*”². Em paralelo, com propósitos complementares, duas outras iniciativas de investigação estão em andamento, sob a coordenação de membros do mesmo grupo de pesquisadores: (i) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico* (PPGDTS-UFPR); (ii) *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: um estudo em três regiões do Rio Grande do Sul* (FAPERGS).

A equipe de pesquisadores se constituiu ao longo do ano de 2020, motivada por atividades coordenadas pela Rede Ibero-americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança (REDETEG), em parceria com a Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (RETE), que compreenderam a realização de seminários temáticos, com a participação de especialistas como palestrantes, por meio de encontros virtuais.

A primeira etapa do processo de execução da investigação em referência dedicou-se a mapear os pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos que atendessem à perspectiva territorial de análise, com o fim de orientar a elaboração de procedimentos metodológicos que servissem de base no reconhecimento e análise de contextos socioeconômico-culturais e ambientais, com vistas à prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial. Assim, epistemologicamente, entendeu-se que a Nova Teoria dos Sistemas, a Teoria da Complexidade, o Materialismo Histórico-Dialético e a perspectiva teórica do Descentramento e Decolonialidade, deveriam servir como campos epistêmicos na análise e prospecção territorial³.

Considerando a perspectiva territorial de análise, cada um dos campos epistêmicos proporciona implicações de caráter teórico-metodológico em relação ao objeto de pesquisa, o território, conforme sintetizado no quadro 1.

¹ Geógrafo, Doutor em Desenvolvimento Regional, com pós-doutorado na Universidade de Lisboa (Portugal), pesquisador do CNPQ com atuação como Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (Setor Litoral), Matinhos – PR, Brasil. E-mail: valdirroque@gmail.com

² Projeto de pesquisa com apoio do CNPQ (Bolsa PQ).

³ A abordagem sobre os campos epistêmicos é feita em Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021).

Quadro 1: Campos epistêmicos e suas implicações no objeto de análise

Campo epistêmico	Implicações quanto ao objeto de pesquisa
A Nova Teoria dos Sistemas	O território exige ser analisado como conjunto de componentes (socioeconômico-cultural-ambiental) e variáveis organizadas, interdependentes e integradas.
A perspectiva da Complexidade	Exige a compreensão da realidade a partir de suas diversas dimensões inter-relacionadas, na tentativa de superar abordagens disciplinares ou setoriais quando da análise de realidades complexas como o território.
O materialismo histórico-dialético	Interpretação histórica e social da realidade, no esforço para se captar as articulações dos problemas, analisar as evoluções e rastrear as conexões entre os fenômenos e situações territoriais.
A perspectiva da Decolonialidade	A perspectiva da decolonialidade implica em que decolonizar a teoria é um dos passos para gerar autonomia e poder territorial.
A perspectiva do Descentramento	A perspectiva do descentramento propõe um planejamento e gestão territorial que convirja para a superação de práticas em que planos ou estratégias territoriais tomam como referência os setores mais dinâmicos em detrimento dos periféricos.

Fonte: Elaboração própria, com base em Dallabrida, Büttenbender e Rotta, 2021)

Cada um desses campos epistêmicos sugere uma série de princípios, os quais têm reflexos na perspectiva analítica, além de implicações metodológicas. O quadro 1 faz uma síntese.

Quadro 2: Princípios, perspectiva analítica e implicação metodológica na análise e prospecção territorial

Princípios	Perspectiva analítica exigida	Implicação Metodológica
Interdependência	As diferentes dimensões da realidade, ao mesmo tempo que têm uma forma própria de organização, se interrelacionam, exigindo sua análise a partir de suas diversas dimensões inter-relacionadas.	Considerar a interdependência das variáveis.
Integração	É necessário reconhecer as articulações e conexões entre os diferentes problemas e potencialidades.	Considerar as possíveis articulações e conexões.
Multidimensionalidade	Objetos ou fenômenos possuem várias facetas, devendo serem considerados a partir de vários pontos de vista.	As variáveis precisam ser analisadas multidimensionalmente.
Multidisciplinaridade	Realidades complexas, como o contexto territorial, não permitem interpretações monodisciplinares, implicando no esforço em superar abordagens disciplinares ou setoriais.	As variáveis a serem utilizadas precisam permitir análises que transcendam a visão disciplinar.
Anti-reduccionismo (holismo)	Objetos e fenômenos precisam ser entendidos de uma maneira integral, não sendo explicáveis pelas propriedades de suas partes separadamente.	Priorizar a visão do todo sobre as partes.
Pluralidade (pluralismo)	Implica em se considerar de forma equânime os saberes e cosmovisões dos sujeitos e as diferentes interpretações possíveis da realidade.	Considerar visões ou interpretações, mesmo que não dominantes.
Incompletude	A realidade tem um caráter dinâmico, sendo necessário analisar as características demonstradas e suas possíveis evoluções.	Analisar os possíveis avanços futuros dos fenômenos e características constatadas no momento.
Incerteza	A análise de um objeto ou fenômeno demanda muito mais projeção de cenários do que respostas ou propostas definitivas.	
Contradição	Percepções distintas não são necessariamente rejeitáveis, podem apenas resultarem da disparidade entre as noções adotadas na descrição do objeto ou interpretação do fenômeno.	Avaliar opções que contradizem à percepção momentânea da realidade, pode ser uma opção.

Totalidade	Apesar de suas particularidades, a análise de um recorte espacial (território, região ou município) não explica integralmente uma realidade, pois esta faz parte de uma totalidade espacial, que se explica pela interrelação das partes.	Avaliar a realidade de forma contextualizada (regional, nacional, mundialmente).
Historicidade	Um conjunto de fatores antecedentes condicionaram a situação atual de um objeto ou fenômeno, com tendências futuras, no entanto, novos condicionantes espaciais e temporais são capazes de redirecionar sua situação futura.	Avaliar a realidade segundo possíveis condicionantes históricos (ontem/amanhã).
Autonomia	A análise de uma determinada realidade, deve considerar a desconstrução dos essencialismos, ou concepções dominantes, permitindo alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial.	Indicativos gerais servem como referentes, não determinantes, permitindo a expressão da especificidade.
Descentramento	As análises e alternativas prospectadas em um determinado contexto espacial precisam considerar a perspectiva dos setores dinâmicos e periféricos de forma equânime.	Todas as dimensões da realidade local precisam ser consideradas equanimente.
Relacionalidade	O território é um campo de relações (sociedade x natureza, indivíduos x sociedades), portanto, estruturado na forma de redes.	Considerar as variáveis na sua dimensão relacional.
Inclusão (social e espacial)	Soluções e alternativas devem atentar ao máximo possível à inclusividade, tanto social, quanto espacial.	Ao propor alternativas, priorizar as que atendem a um maior número de beneficiários, tanto pessoal como espacialmente.
Equanimidade	Recursos, bens e serviços territoriais exigem uma redistribuição social equitativa, tendendo à construção de sociedades menos desiguais.	
Inovação (smartificação do território)	Soluções e alternativas precisam considerar as inovações tecnológicas e sociotécnicas permitidas pelo estágio atual da civilização e pelas perspectivas futuras, usufruídas equanimente.	Alternativas de solução dos desafios devem atender a perspectiva da inovação e criatividade.
Sustentabilidade (ambiental)	Todos os princípios enunciados, as diretrizes e alternativas sugeridas pelos mesmos, devem estar direcionados à preservação e potenciação da vida em todas as suas formas de expressão.	Alternativas propostas devem ter replicabilidade ininterrupta, com respeito à vida em todas as suas formas de manifestação.

Fonte: Elaboração própria, com base em Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021) e Dallabrida et al. (2021a)

Em Dallabrida et al. (2021a), avançou-se, recorrendo às principais categorias conceituais utilizadas em publicações que tratam dos estudos territoriais, além de fazer referência aos métodos de abordagem e de procedimento, destacando: (i) que a abordagem territorial tem a categoria conceitual território como central, constituído pela interrelação de suas múltiplas dimensões, sintetizadas na categoria patrimônio territorial; (ii) que a abordagem territorial precisa assumir a categoria conceitual desenvolvimento territorial como um novo “paradigma científico multidisciplinar” que permita abarcar a pluralidade de interesses e motivações presentes no território; (iii) que, decorrente disso, urge avançar na adoção de abordagens e procedimentos metodológicos que, necessariamente, favoreçam a interfertilização de saberes e a triangulação de métodos.

Quanto à categoria patrimônio territorial, assume-se a acepção expressa em Dallabrida (2020a), como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental. Resulta das interações entre suas seis dimensões: (i) produtiva – recursos financeiros, terras, maquinaria, equipamentos e infraestruturas; (ii) natural – as paisagens naturais (que passaram ou não por processos de antropização), solos, minerais, fauna e flora; (iii) humana e intelectual – o saber-fazer, a formação acadêmica e profissional, o conhecimento e a criatividade; (iv) cultural – valores e códigos de conduta, bens culturais e cultura empresarial; (v) social – valores compartilhados socialmente, formas de associativismo e redes sociais estabelecidas localmente; e (vi) institucional –

institucionalidades públicas e privadas, de caráter social, cultural, político ou corporativo. Essas dimensões são tema dos seis artigos do presente dossiê.

Em termos de base teórica, assumiu-se na investigação uma estrutura axiomática sustentada em quatro categorias, tais sejam, território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial, conforme sintetizadas na Figura 1.

Figura 1: Território e a dinâmica territorial do desenvolvimento



Fonte: Elaboração própria (2021)

Parte-se de três categorias - natureza, sociedade e cultura -, as quais, numa compreensão conceitual ampla, abarcam as bases constitutivas do território. Os demais elementos da estrutura axiomática podem ser compreendidos a partir da seguinte síntese integradora: (i) uma categoria de partida, o território, como **estrutura** socioterritorial em que suas partes se inter-relacionam; (ii) uma categoria de intermediação, a governança territorial, como **processo**, representando como são confrontados diferentes interesses/intenções, com o propósito de construir convergências quanto ao futuro desejado territorialmente; (iii) uma categoria resultante, entendendo que toda estrutura, temporal e historicamente construída, assume uma **forma**, neste caso, representada pelo patrimônio territorial; (iv) uma categoria de funcionalidade, entendendo que do confronto entre diferentes projetos de futuro resultam configurações espaciais, demarcadas administrativamente (municípios, regiões, países) ou por relações de identidade, ancoragem e pertencimento a um lugar (territórios), como **função** da forma, o que chamamos desenvolvimento territorial (ou local/regional), fazendo parte da utopia desejada e sua concretude momentânea, representando a realidade possível⁴. Esta estrutura axiomática representa a dinâmica territorial do desenvolvimento, atendendo à perspectiva territorial de interpretação e análise.

A investigação, além dos aportes epistêmico-teórico-metodológicos já referidos, durante o ano de 2021 propôs-se a dar os primeiros passos no propósito de estruturação de uma “matriz metodológica multidimensional”. Assim, a equipe de pesquisadores foi dividida em seis grupos, coincidindo com as dimensões do patrimônio territorial, com a finalidade de aprofundar a reflexão teórica sobre cada uma das dimensões, explicitando seus componentes, sugerindo variáveis de análise e indicando procedimentos metodológicos adequados à investigação desta dimensão, no contexto das pesquisas sobre patrimônio territorial. Desse processo de reflexão resultaram seis textos, os quais fazem parte do presente dossiê: (i) *Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes*; (ii) *Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da dimensão social*; (iii) *Abordagem territorial do*

⁴ Síntese feita com base em Dallabrida (2020b). As expressões estrutura, processo, forma e função são utilizadas por Santos (1997) para se referir às categorias de análise territorial, servindo aqui de inspiração.

desenvolvimento: dimensão natural e contribuições para o diagnóstico e prospecção de cenários; (iv) *Abordagem territorial do desenvolvimento: referências teórico-metodológicas da dimensão produtiva;* (v) *Abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar a partir da dimensão institucional do patrimônio territorial;* (vi) *Abordagem territorial do desenvolvimento e sua dimensão humana e intelectual: uma proposição teórico-metodológica à luz de Amartya Sen e John Thompson.*

O propósito que motivou a elaboração dos seis artigos é que os mesmos inspirem novas reflexões e contribuições para avanços futuros na abordagem do tema. Considera-se que os textos, no seu conjunto, possam ser concebidos como referentes teórico-metodológicos com vistas à estruturação de uma “matriz metodológica multidimensional” para o diagnóstico, análise e prospecção territorial.

A investigação segue adiante. No decorrer dos próximos dois anos pretende-se finalizar a estruturação de uma “matriz metodológica multidimensional” que seja adequada à perspectiva territorial de análise, com o fim de contribuir na elaboração de diagnósticos territoriais que favoreçam a prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento, tendo o patrimônio territorial como referência. Depois de estruturada, a mesma será validada pela sua aplicação em realidades socioeconômico-culturais e ambientais, em recortes territoriais a serem definidos no processo de investigação⁵.

Por fim, tem-se presente que orientar a análise e prospecção territorial com base nos princípios epistêmico-teórico-metodológicos aqui mencionados, exige um alto grau de complexidade, portanto, sendo uma tarefa hercúlea. O grupo de pesquisadores envolvidos no presente processo de investigação assumiu o desafio de refletir teórico-metodologicamente e avançar nas suas práticas pesquisa, com o fim de atender às exigências da abordagem territorial do desenvolvimento. Tem-se uma caminhada inicial, no entanto, há um longo caminho a percorrer, num processo ininterrupto de aprendizagem.

Referências

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, mai-ago/2021.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. **Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./junho/2021a.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. **Estado e sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial**. Matinhos: PPGDTS/UFPR, 2021b (no prelo).

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./2020a.

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai-ago/2020b.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1997.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

⁵ Um texto, ainda no prelo, propõe indicativos, na relação Estado e sociedade, em processos de articulação focados no planejamento e gestão territorial, no sentido de contribuir na construção de “capacidades para fortalecer práticas de governança territorial” (DALLABRIDA et al., 2021b).